

DETERMINO À COMISSÃO DE LICITAÇÃO QUE, INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N°.8.666/93 COMBINADO COM A LEI 11.107/2005, E ALTERAÇÕES POSTERIORES, PARA:

**AQUISIÇÃO DE MASCARAS DE PROTEÇÃO FACIAL TIPO PFF2 SEM VALVULA  
PARA USO DAS EQUIPES DE SAÚDE NO COMBATE AO VIRUS COVID-19  
(CORONAVIRUS)**

---

**NEUSA KLEIN MARASCHINI**  
**Presidente do Consórcio**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2020**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2020**

---

**1. PREÂMBULO:**

---

1.1. O **CONSÓRCIO CISAMAUC** torna público, através deste e de acordo com o art. 24, inciso IV da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 combinado com o Art. 17 da Lei Federal 11.107 de 06 de abril de 2005, lança o presente Processo de dispensa de Licitação, cujo objeto é a aquisição de máscaras de proteção facial modelo PFF2 sem válvula, para uso das equipes de saúde dos Municípios Consorciados visando o atendimento aos casos de contaminação e possível contaminação aos casos de Corona Vírus (COVID 19), nos termos da fundamentação legal e das justificativas adiante aduzidas.

---

**2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA:**

---

2.1. O Consórcio CISAMAUC formaliza a presente justificativa de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no dispositivo da legislação brasileira que permite tal contratação por meio de Dispensa, conforme artigo 17 da Lei Federal 11.107 combinado com o artigo 24, inciso IV da Lei 8.666/93, e:

*CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a “compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública”;*

*CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;*

*CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;*

*CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.*

**LEI FEDERAL 8.666**

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

*LEI FEDERAL 11.107*

Art. 17. Os arts. 23, 24, 26 e 112 da [Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23....."

**§ 8º** No caso de consórcios públicos, aplicar-se-á o dobro dos valores mencionados no caput deste artigo quando formado por até 3 (três) entes da Federação, e o triplo, quando formado por maior número." (NR)

"Art. 24. ...."

Justifica-se a compra devido a necessidade do consórcio em adquirir estes produtos de extrema necessidade e de uso primário para proteção das equipes que farão o atendimento as pessoas com possível infecção ou contato com estas pessoas portadoras do vírus.

Outro ponto a ser mencionado é que a situação é de extrema necessidade e tendo sido comprovado uma grande escassez de todo produto utilizado no atendimento a saúde em relação a pandemia do Corona vírus, tanto de limpeza como de procedimentos e de testes.

Diante do exposto, justifica-se a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a aquisição, de acordo com o que prescreve o Art. 24, inciso II da lei nº. 8.666/93 combinado com o Art. 17 da Lei nº 11.107 e propõe que seja ratificada pelo Presidente do Consórcio CISAMAUC Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI a presente justificativa de DISPENSA DE LICITAÇÃO.

---

### **3. OBJETO:**

---

3.1. A aquisição junto a Empresa **MASTER EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME.**, com sede a RUA OSWALDO VALENTIM ZANDAVALLI , Bairro Nossa Senhora de Salete, Cidade de Concórdia/SC, Inscrita junto ao CNPJ sob o nº 17.799.299/0001-99 CEP: 89700-322, conforme relação abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Preço Unit	Preço Total
1	RESPIRADOR PFF2 SEM VALVULA PROTEC FACE CA 43740	2.370	Und.	9,32	22.088,40
				<b>Total</b>	<b>22.088,40</b>

Os produtos serão adquiridos via Consórcio CIS AMAUC visando a agilidade na aquisição e a melhor compra devido a paralisação parcial dos Municípios, sendo as quantidades a serem adquiridas:

Município de Itá/SC = 200 Unidades

Município de Concórdia/SC = 2.000 Unidades

Município de Ipira/SC 20 Unidades  
Município de Seara/SC 150 Unidades

### **3.3. LOCAL DE ENTREGA:**

Os produtos deverão ser entregues de forma emergencial em até 15 dias após a compra na Sede do CISAMAUC, sito a Rua Marechal Deodoro 772, 12º Andar, Centro, Concórdia/SC

Os Municípios efetuaram a retirada destes produtos junto a Sede do CISAMAUC.

---

### **4. DOS PRAZOS E DATAS:**

---

4.1. Os produtos objeto deste Processo de Licitação deverão ser entregues em até 15 dias horas da emissão da autorização de fornecimento

---

### **5. CONTRATADA:**

---

5.1 **MASTER EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME.**, com sede a RUA OSWALDO VALENTIM ZANDAVALLI , Bairro Nossa Senhora de Salete, Cidade de Concórdia/SC, Inscrita junto ao CNPJ sob o nº 17.799.299/0001-99 CEP: 89700-322, ao valor de R\$ 22.088,40

---

### **6. PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:**

---

6.1. O **CONTRATANTE** pagará para a **CONTRATADA** pela aquisição dos produtos adquiridos, o valor de R\$ 22.088,40 (vinte e dois mil, oitenta e oito reais e quarenta centavos), com vencimento em até 10 dias após a entrega

6.2. O Consórcio optou por fazer a compra direta juntando os quantitativos dos Municípios que se manifestaram devido a agilidade, haja visto a rapidez com que os estoques dos fornecedores estão se esgotando e a compra por cada um dos Municípios esta seriamente prejudicada em virtude do trabalho alternativo e pelas restrições provocadas pela situação emergencial/calamitosa.

6.3. O Consórcio CISAMAUC efetuará a cobrança de cada um dos Municípios conforme solicitação destes.

---

### **7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

---

As despesas decorrentes do presente processo de dispensa de licitação estão contempladas na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01.00 – CONSORCIO CISAMAUC

Unidade: 01.01 – Consórcio CISAMAUC

Ação: 2.001 – Manutenção das Atividades do Consórcio CISAMAUC

Despesa: 2 – 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

---

### **8. FORO:**

---

8.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição administrativa, independente de outro que por mais privilegiado

seja, será o da Comarca de Concórdia/SC.

---

### **9. LEGISLAÇÃO APLICADA:**

---

Aplica-se à este Termo de Dispensa, nos casos omissos, a seguinte legislação:

9.1. Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

9.2 Lei Federal nº 11.107/2005 e suas alterações – Lei dos Consórcios Públicos

9.3. Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;

9.4. Lei Federal nº 10.406/02 – Código Civil;

9.5. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

---

### **10. DELIBERAÇÃO:**

---

Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista todas as condições apresentadas retro, encerra-se o presente Termo de Dispensa, sendo assinado pelo responsável da unidade requisitante e pela autoridade superior, para que produzam seus efeitos legais.

Concórdia/SC, 13 de abril de 2020.

**NEUSA KLEIN MARASCHINI**  
**Presidente do Consórcio**